

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Departamento de Ciências Sociais

LORENA MARQUETTI

**CONTROLE SOCIAL E CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA: ASPECTOS SOCIOLÓGICOS
E JURÍDICOS**

CURITIBA

2015

LORENA MARQUETTI

**CONTROLE SOCIAL E CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA: ASPECTOS SOCIOLÓGICOS
E JURÍDICOS**

Monografia apresentada ao Curso de
Especialização em Sociologia Política, da
Universidade Federal do Paraná, como requisito
parcial para a obtenção do título de Especialista.

Orientador: Nelson Rosário de Souza

CURITIBA

2015

TERMO DE APROVAÇÃO
LORENA MARQUETTI

CONTROLE SOCIAL E CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA: ASPECTOS SOCIOLOGICOS
E JURÍDICOS

Esta monografia foi julgada e aprovada para a obtenção do título de Especialista, no curso de Especialização em Sociologia Política, da Universidade Federal do Paraná.

Curitiba, dezembro de 2015.

Prof. Nelson Rosário de Souza

“Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir.”

Michel Foucault

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é delimitado pela análise dos aspectos sociológicos e jurídicos acerca do conceito de controle social e seu exercício pelo Estado, na atualidade, relacionado à criminalização das camadas populares da sociedade. Serão consideradas questões envolvendo a normalização destes grupos de indivíduos e o estigma ao qual estão submetidos, bem como aspectos relativos à seletividade do sistema penal. Para tanto, serão considerados autores que tratam do tema sob uma ótica sociológica e jurídica.

Palavras chave: controle social; criminalização da pobreza; seletividade; estigma.

RESUM

The objective of this study is to analyze the sociological and legal aspects about the social control exercised by the state today related to the criminalization of the lower classes of society. They will be considered issues involving standardization of these individuals and stigma to which they are subject , as well as aspects of the criminal selectivity. To do so will be considered authors who address the topic from a sociological and legal perspective.

Key words: social control; criminalization of poverty; selectivity; stigma.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1. CONTROLE SOCIAL: Conceitos e aspectos sociológicos.....	9
1.1. Controle social normal.....	11
1.2. Controle social moderno.....	12
2. CONTROLE SOCIAL E CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA.....	15
2.1. Criminalização e seletividade penal.....	17
2.2. Estigma e normalização.....	19
CONCLUSÃO.....	23
REFERENCIAS.....	25

INTRODUÇÃO

O conceito de controle social não é unívoco, visto ser tratado por diversos autores e de diferentes perspectivas de acordo com os contextos históricos, sociais, jurídicos e políticos em que estão inseridos. Diante desse tema, qual seria sua pertinência no debate atual das Ciências Sociais?

O presente trabalho abordará duas vertentes acerca do conceito: controle social normal e controle social moderno, dando ênfase ao segundo. O controle social normal tem sua origem a partir do surgimento e desenvolvimento do ideal de um Estado de bem-estar social, no século XX, e seria destinado a promover o controle da sociedade através da inclusão dos indivíduos, buscando o bem-estar comum da população. O controle social moderno – denominação esta não pacificada¹, originado do pensamento contemporâneo acerca da preocupação com questões atinentes à coesão social, integração e o crescimento da violência e seus impactos sociais, tem por base a ideia de normalização e regulação de determinados grupos, essencialmente definidos pelas camadas populares da sociedade, reconhecidas como classes potencialmente voltadas ao delito e à margem da sociedade e de seus valores basilares, as quais passariam por um processo de seleção e criminalização, visando à prevenção e controle da violência urbana, mediante a utilização do Direito Penal.

Faz-se necessário, nesse contexto, tecer considerações em relação ao crime em si, visto tratar-se de aspecto importante para o entendimento do tema, partindo da compreensão de que o delito, como tipo penal, encontra-se inserido em um contexto histórico - variável, portanto, no tempo e espaço. Assim, observa-se que as noções de crime derivam de uma dimensão essencialmente organizada e referida em relação a valores, instituições, cultura, entre outros. O delito, a partir disso, seria toda ação humana que não partilha dos mesmos valores aceitos pela sociedade como um todo. Diante disso, aqueles que cometem crimes, infringindo, portanto, as

¹ Cito como exemplo os textos de Fábila Berlatto, a qual utiliza o termo “controle social perverso” para se referir ao tema em análise.

leis estabelecidas, necessitariam passar por um processo de normalização e correção, visando se adequar àquelas normas e condutas que lhe são esperadas socialmente.

A modernidade atual, relacionada as diferenças no padrão de relações sociais, econômicas e culturais, trouxe consigo um conjunto de inseguranças e problemas de controle social que deram uma configuração específica às respostas para a criminalidade.

A fim de combater e prevenir a violência e a criminalidade nos grandes centros urbanos, entra em cena o sistema penal, que é responsável pela criação de uma espécie de filtro criminalizador, através do qual determinadas condutas passariam a ser consideradas como delitos, através de um processo de valoração. Contudo, não apenas ações seriam consideradas como ilícitas e passíveis de correção e sanções penais, mas também os indivíduos que infringem as normas, incidindo sobre estes o estigma da periculosidade e da criminalidade, os quais são determinados não apenas pelo delito praticado, mas fundamentalmente pelo perfil traçado acerca do criminoso e de sua periculosidade.

Voltando ao tema central do presente trabalho, observa-se que a noção geral de controle social pode ser entendida a partir da necessidade dos indivíduos procederem segundo os valores compartilhados por uma sociedade na qual estão inseridos. Contudo, isso apenas é possível se existirem meios a todos os indivíduos para que internalizem este controle em suas ações. Quando estes meios não estão claros para todos, ocorre a exclusão social de determinados grupos - o que não acontece por lhes ser inerente a marginalização, mas sim porque são referidos e inseridos em posições sociais de vulnerabilidade e fragilização.

Nesse sentido, aqueles que não se adéquam às determinações sociais, infringindo as normas estabelecidas, passam a ser alvo do Direito Penal, que intervém com o intuito de solucionar conflitos e prevenir à violência urbana, o que acaba por afetar diretamente e de modo específico determinadas camadas da população, relacionadas à periculosidade e o pressuposto de que estes indivíduos seriam mais propensos a cometer crimes; um grupo reconhecido por sua exclusão social, econômica, educacional e política. Contudo, até que ponto tal intervenção é válida e eficaz a fim de combater e prevenir a violência urbana?

Para alcançar o objetivo anunciado dividirei o trabalho em duas partes, cada uma com dois subtópicos. O primeiro capítulo tratará dos conceitos de controle social, a partir de duas

noções (controle social normal e moderno), bem como da análise de alguns autores sobre o tema. O segundo capítulo, por sua vez, analisará as questões envolvendo o controle social e suas relações com o Direito Criminal, mais especificamente no que tange à seletividade do sistema penal e, ainda, com as ideias de estigma e normalização, tratando de alguns autores jurídicos e sociológicos acerca do tema.

1. CONTROLE SOCIAL: perspectivas sociológicas acerca do conceito

O termo controle social não possui um conceito único no campo das ciências sociais quanto a sua definição, visto a abrangência de sua acepção, a qual “pode ter seu significado relacionado a poder, força, dominação, autoridade, imposição, bem como pode significar fiscalização, inspeção ou vigilância” (GURVITCH, 1965, p. 245).

No âmbito da Sociologia, a expressão “controle social” geralmente é caracterizada nos dicionários como circunscrevendo uma temática relativamente autônoma de pesquisa, voltada para o estudo do “conjunto dos recursos materiais e simbólicos de que uma sociedade dispõe para assegurar a conformidade do comportamento de seus membros a um conjunto de regras e princípios prescritos e sancionados” (BOUDON; BOURRICAUD, 1993, p. 101).

Necessário, no entanto, precisar melhor a noção a partir de uma recuperação de suas origens, que podem ser encontradas nas formulações de Émile Durkheim acerca do problema da ordem e da integração social, especialmente em relação aos conceitos que desenharam um panorama acerca da sociedade moderna, como por exemplo a ideia de “anomia”, além das noções acerca de fenômenos como o crime e a pena, que dizem respeito aos mecanismos empregados pela sociedade no momento em que alguém desobedece as normas e ameaça a ordem social.

Se o crime “ofende certos sentimentos coletivos dotados de uma energia e de uma clareza particulares” (DURKHEIM, 1978, p.120), a pena é a reação coletiva que, embora aparentemente seja voltada para o criminoso, objetivaria, em tese, reforçar a solidariedade social entre os demais membros da sociedade e, consequentemente, garantir a integração social.

A partir disso, pode-se dizer que o controle social:

“é um conjunto de modelos culturais, símbolos sociais, significados espirituais coletivos, valores, idéias e ideais, assim como também as ações e os processos diretamente relacionados com eles, mediante os quais toda a sociedade, todo grupo particular e todo membro individual componente vencem as tensões e os conflitos interiores próprios e restabelecem um equilíbrio interno temporário, o que os dá a possibilidade de seguir adiante com novos esforços de criação coletiva (GURVITCH, 1965, p. 265).”

Observa-se que, esse sentido, o controle social seria necessário para a manutenção da ordem, mas apenas seria viável na medida em que condições materiais e simbólicas fossem distribuídas de maneira igualitária, sendo fruto da integração e da solidariedade social, visto que a hierarquia, as formas e a intensidade do controle social são diferentes em cada tipo de sociedade, em cada conjuntura social concreta e em cada grupo social particular

Por outro lado, através de uma perspectiva contemporânea, segundo Fábila Berlatto (2008, p.12), é comum que “a questão do controle social esteja relacionada diretamente a problemas sociais em que são necessárias aplicações de mecanismos de repressão policial e de interferência judicial”, principalmente através de políticas destinadas a populações marginais, destinado a manter a ordem estabelecida através da imposição e reprodução da desigualdade.

Durkheim, nesse sentido, aponta tanto para os mecanismos de manutenção da ordem social quanto para fenômenos ou instituições específicas que buscam fortalecer a integração e reafirmar a ordem social quando esta se encontra ameaçada. Contudo, um dos principais problemas consiste, de modo geral, em como estabelecer um grau necessário de organização e de regulação da sociedade sem o emprego excessivo da coerção.

Nesse sentido, destacam-se duas vertentes acerca do tema, as quais serão exploradas nos próximos tópicos e cujas origens e problemáticas diferem em relação as suas motivações e efeitos, mas que partem, contudo, de um mesmo ponto comum: o controle social.

1.1. Controle Social Positivo

O controle social em sua forma positiva teria tido origem nas reflexões a respeito da promoção social e econômica da população, através da intervenção do Estado buscando o bem-estar social.

A partir dessa noção, o controle social seria aquele que exerce seus mecanismos de controle por meio da integração social, através do acesso aos bens e serviços materiais que produzem um equilíbrio espontâneo. Seria um processo de manutenção de ordenamentos sociais, os quais convergiriam em prol do bem-estar social em oposição à desintegração coletiva.

Em autores como Edward Ross, o termo passa a ser utilizado para “apreender sobretudo os mecanismos de cooperação e de coesão voluntária da sociedade norte-americana” (ROTHMAN, 1981, p. 9). Em vez de pensar a ordem social como regulada pelo Estado, o objetivo seria encontrar na própria sociedade as raízes da coesão social.

Para Edward Ross (1939, p. 30), o controle social seria uma forma de “organização que tornaria a vida em sociedade viável e está distribuído entre diferentes instituições, práticas e atributos, se constituindo à medida que seus indivíduos e a própria sociedade se constituem.”

Durkheim (1999, p. 373), por sua vez, entende o conceito de controle social a partir da ideia de “um conjunto de processos através dos quais os membros de um grupo levam em consideração as expectativas mutuas e respeitam as normas e leis produzidas pela sociedade na qual vivem.” Para atingir esse fim, seria necessária a existência de condições sociais que desenvolveriam a integração em prol do bem comum, sendo imprescindível a regulação estatal para tanto.

Assim, uma sociedade regulamentada permitira a emergência de um “indivíduo moral”, que para Durkheim, é aquele que internaliza as regras sociais, o que fomentaria a coesão e a organização social.

Segundo Pedro Rodolfo Bodê de Moraes, a partir desse ideal, pode-se dizer que seria criado:

“(…) um espaço social pacificado, integrado e, portanto, coeso, resultante de uma dinâmica que tendo controlado o egoísmo e regulado as relações entre os fortes e os fracos permitiu a emergência de uma moralidade que perpassa todo o espaço social. Os indivíduos socializados nesse sistema são, pelo processo mesmo de socialização naquele mundo, indivíduos comprometidos com a continuidade dos valores que internalizaram. Seriam indivíduos morais, ou, em outros termos, indivíduos com transcendência, uma vez que suas individualidades completam-se na relação e compromisso com outros indivíduos e instituições das quais pertencem” (MORAES, 2006, p. 82).

Ainda nesse sentido, Moraes (2006, p. 82-83) afirma que “bem estar e segurança seriam resultado de uma sociedade integrada, inexistindo outro caminho para a fruição do bem estar social se não por meio da regulação estatal e social.”

Assim, a partir do controle social positivo, far-se-ia necessário estabelecer a regulamentação social, a fim de fomentar o bem estar coletivo, de acordo com princípios morais, promovendo a integração dos indivíduos em todas as instituições sociais. Contudo, isso só seria possível se todos os membros deste corpo coletivo pudessem ter acesso igualitário à internalização dos princípios e valores socialmente aceitos.

Assim, diante da evolução social e da dificuldade da manutenção da ordem, verifica-se uma mudança de valorização da noção de controle social no final do século XX – do papel positivo, em termos de integração social, para o papel negativo em termos de dominação e regulação.

1.2. Controle Social Moderno

O conceito de controle social a partir de uma perspectiva sociológica moderna remete a uma percepção negativa do tema, voltada à produção da disciplina e vigilância, visando a manutenção da ordem através da incorporação do sistema penal à resolução de conflitos na sociedade.

A expressão começa a apontar uma direção diversa após a ocorrência da Segunda Guerra Mundial. Inicia-se uma análise mais focada em questões como a da relação do Estado com os mecanismos de controle social.

David Garland, analisando as mudanças de paradigma em relação ao tema, pondera que:

“As criminologias da era do *Welfare State* tendiam a assumir a perfectibilidade do homem, a ver o crime como um signo de um processo incompleto de socialização e a perceber no Estado o papel de assistir aqueles que foram privados das condições econômicas, sociais e psicológicas necessárias para o adequado ajustamento social e para uma conduta respeitadora da lei. As teorias do controle começaram a formar uma visão muito mais obscura a respeito da condição humana. Elas assumem que os indivíduos são fortemente atraídos para condutas auto-referidas, anti-sociais e criminais a menos que sejam impedidos por controles robustos e efetivos, bem como vêm na autoridade da família, da comunidade e do Estado estratégias de imposição de restrições e de limites. Onde a velha criminologia encaminhava-se mais na direção do bem-estar e da assistência, a nova insiste no reforço dos controles e na aplicação da disciplina” (GARLAND, 2001, p. 15).

A coesão social não é mais vista como resultado da solidariedade e da integração social, mas sim como resultado de práticas de dominação organizadas pelo Estado ou pelas “classes dominantes”.

Nesse contexto, começa-se a inverter o sentido das mudanças ocorridas nesse campo desde a emergência da modernidade, que não serão mais vistas como inerentemente progressistas, mas sim como base de novas formas de manutenção da ordem social.

Garland denomina essa época de modernidade tardia, apontando as mudanças que levaram a uma sociedade globalizada, marcada pela insegurança e pelos desafios do controle social. As origens dessas transformações:

“Podem ser encontradas no processo de acumulação do capital e de constante mobilização em busca de novos mercados, maiores lucros e vantagens competitivas. As mudanças econômicas deram lugar à economia de serviços, salários estagnados, enfraquecimento de sindicatos e aumento do exército de reserva dos desempregados e de subempregados. É uma sociedade marcada pelo ressentimento, conflito e deterioração do senso de identidade ou destino compartilhados; pontilhada por dramáticas mudanças na estrutura familiar; pelo crescimento dos subúrbios segregados; pela comunicação de massa; pelo declínio das comunidades tradicionais e pela mudança dos padrões de autoridade; pelo crescimento da criminalidade; por novos padrões de alienação, isolamento, necessidade e mobilidade” (GARLAND, 2001, p. 78).

Por outro lado, a mudança de temática acerca do tema não alterou completamente o núcleo original da discussão, iniciada por Durkheim, que “consiste em pensar as instituições sociais a partir de uma concepção relativamente unificada da sociedade, ou seja, tendo ainda como pano de fundo a questão da integração social” (CASTELL, 1988, p. 67).

Outro importante autor relacionado ao tema, Michel Foucault estudava as práticas e instituições sociais que, na modernidade, configuraram novos espaços de exclusão ou de normalização de determinadas formas de comportamento e de subjetividade. Ao estudar a formação de saberes como a psiquiatria, as Ciências Humanas e seus respectivos âmbitos institucionais, Foucault se atentava justamente aspectos da vida social que o processo de racionalização da modernidade ou excluía ou tomava como desvios a serem normalizados.

Esse modelo seria caracterizado pela negação da diferença ou mascaramento da desigualdade. Essa forma de controle social, segundo Pedro Rodolfo Bodê de Moraes (2008, p. 2), pode ser percebida, entre outras maneiras, “através dos mecanismos que o Estado adota no enfrentamento da criminalidade, bem como nas dinâmicas de estigmatização que estas práticas de controle social perverso impõe a uma categoria social específica: os pobres.”

Segundo Loïc Wacquant (2001, p. 92), este conceito exprime uma tendência à expansão do tratamento penal da miséria, “que decorre do enfraquecimento da capacidade de intervenção social do Estado e do abandono de suas prerrogativas diante da figura do “mercado”, isto é, a extensão da lei econômica do mais forte.”

Nesse sentido, as classes populares, vítimas de longa data das arbitrariedades das instituições responsáveis pela implementação da ordem social, tornam-se objeto das exigências de maior rigor no controle da ordem, decorrente do sentimento de insegurança e do crescimento da violência urbana.

Depreende-se desta análise que, em prol da ordem social e do respeito às leis vigentes, o que se propõe é um controle social carente de legalidade e voltado à exclusão de determinadas camadas da população, sobre as quais o sistema penal recai com maior intensidade, em virtude de sua marginalização, decorrente da exclusão territorial, social, política, econômica e educacional a qual estas camadas da população estão submetidas, em relação aos demais indivíduos membros da coletividade.

O *controle social perverso*, assim intitulado por Edmundo Campos Coelho (1978, p. 139), seria uma espécie de orientação que mantêm e amplia uma visão de mundo e uma divisão de mundo que considera a criminalidade uma “consequência da marginalidade”.

Essa mudança de paradigma não deve ser compreendida apenas como uma resposta ao aumento das taxas de criminalidade ou do medo vinculado a elas. Estas são partes integrantes do problema, que estão relacionadas a amplas transformações históricas, econômicas e sociais.

Em oposição ao controle social positivo, o qual fomentaria o bem estar e integração social, esse mecanismo de controle resulta na desintegração social e na repressão.

2. CONTROLE SOCIAL E CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA

A relação estabelecida comumente acerca do tema da pobreza e criminalidade esbarra em um óbice, qual seja “alimentar a crença de que a grande maioria dos criminosos é oriunda da categoria social dos pobres, o que os torna responsáveis pelo clima generalizado de medo e insegurança que envolve o cidadão dos grandes centros urbanos “(COELHO, 1968, p.160).

O Estado, detentor do monopólio da violência legítima, atribui significados aos agentes e suas posições sociais, validando e reproduzindo estes significados, sejam positivos ou

negativos. Assim, a representação social das camadas populares é associada com mais intensidade à violência, o que legitima ações de repressão nos espaços onde esses grupos exercem sua vida em comunidade.

Nesse sentido, a pobreza e os bairros periféricos “são tomados como objeto de regulamentação e percebidos como local de exclusão, segregação e marginalidade, enquanto território associado aos problemas sociais, como a violência” (VALADARES, 2005, P. 151).

Aqui um problema se destaca: o papel central que a prisão passa a desempenhar na penalidade moderna. As práticas disciplinares próprias da prisão têm um alcance que irá muito além dos muros da instituição, ao constituírem tecnologias de poder que, partindo das práticas prisionais, espalham-se por toda a sociedade, especialmente em relação às classes populares, relacionadas pela sociedade de uma forma geral, ao crime.

Estas práticas disciplinares caracterizam-se por distribuir os indivíduos em espaços fechados e heterogêneos, onde cada um tem seu lugar especificado. Estes locais são ainda intercambiáveis e hierarquizados. O poder disciplinar será, assim, um poder voltado para a “normalização” dos indivíduos.

De acordo com Foucault (2001, p. 262), se a prisão permanece é porque apesar das críticas que lhe são dirigidas, ela desempenha funções importantes na manutenção das relações de poder na sociedade moderna – na verdade, a principal função desempenhada pela prisão é que ela permite gerir as ilegalidades das classes dominadas, criando um meio delinquente fechado, separado e útil em termos políticos.

Muito simplificada, a prisão transformaria a criminalidade em uma das engrenagens essenciais da maquinaria de poder disciplinar que permearia a sociedade moderna.

Ocorre aqui uma generalização, deixando de lado o indivíduo em si, com suas especificidades, a fim de construir um conceito baseado na abstração. Cria-se uma classe de indivíduos socialmente reconhecidos por sua periculosidade inerente e não mais reconhecidos em sua individualidade, mas sim como um coletivo relacionado à violência.

Assim, o controle social passa a ser buscado e exercido através da repressão e criminalização da miséria, em detrimento da justiça social, em uma tentativa frustrada de prevenir e combater a violência urbana personificando-a.

2.1. Criminalização e seletividade penal

A análise das tentativas de eliminar o crime, entendido pela sociedade como um gerador de insegurança social, constitui importante recurso para a compreensão das práticas que vem historicamente sendo desenvolvidas no Brasil e que possuem relação com o controle das “classes perigosas”, cujo resultado é o aumento do estigma e da exclusão social, mediante o combate legal da pobreza, o reforço do mito de que a pobreza produz o crime, bem como pela ideia de que os pobres são potencialmente criminosos.

Todas essas mudanças levariam ao fortalecimento de uma perspectiva “reacionária”, na qual o crime passa a ser visto como uma fratura da ordem social.

Os atos entendidos como crimes são percebidos como violências, e o seu tratamento pelo Direito Penal visa à punição, que, em tese, será tanto maior quanto mais atingir e prejudicar o bem jurídico maior: a vida. “Os delitos, portanto, passam por um filtro criminalizador que muda com o tempo e é dependente dos valores expressos pela consciência coletiva e social” (MORAES, 2014, p. 27).

Nils Christie (1998, p. 13) afirma que o crime não existe por si só, mas é criado, visto que primeiro existem atos, seguindo-se um processo de atribuição de significado a estas ações. Nesse diapasão, “a distância social e a exclusão tem uma importância particular, visto que aumenta a tendência de atribuir a certos atos o significado de crime, e às pessoas o atributo de criminosas.”

Nesse sentido, um novo paradigma do controle emerge. Segundo o Garland,

“A ética triunfante do mercado insiste que todos nós somos seres livres e racionais, tomando nossas decisões a partir de um amplo espectro de opções. Para as classes médias e altas isso significa dedicação ao trabalho, ao lazer, às compras e à prosperidade, sem culpa, pois estão liberadas pela crença de que os indivíduos são livres e independentes, cada qual responsável por seus atos e tragédias. A classe trabalhadora e o proletariado também são livres para fazer suas escolhas, e a pobreza é uma dessas

escolhas. Dentro dessa perspectiva, o crime também é visto como uma escolha racional.” (GARLAND, 2001, p. 89).

Segundo Loïc Wacquant (2001, p. 99), “os pobres passam a ser surpreendidos pelo Estado para ter seus comportamentos corrigidos por coerções administrativas, que agora se transformaram em sanções penais.” O resultado disso seria o fomento ao caráter discriminatório do sistema penal e a responsabilização dos pobres pela violência urbana.

A repressão do Estado, afirma o autor, “na medida que produz uma mentalidade social que aceita e concorda que os pobres sejam tratados com violência, válida e perpetua intervenções arbitrárias” (WACQUANT, 2001, p. 10).

Essas representações das camadas populares como indivíduos marginalizados, responsáveis pelo aumento da violência, bem como o tratamento institucional dado ao problema, caracterizam o que se chama de criminalização da pobreza, visão esta que considera a criminalidade uma consequência da marginalização.

Segundo Coelho, “essa análise alimenta a crença de que a maioria dos criminosos é oriunda da categoria social dos pobres, o que os torna responsáveis pelo clima generalizado de medo e insegurança que envolve a sociedade” (COELHO, 1978, p.139).

Esse tipo de pensamento passa a afirmar que tão importante quanto o que um indivíduo fez, é o que ele poderá vir a fazer. Trata-se de um instrumento de desqualificação e menorização que institui certas essências e identidades. Afirma-se, então, que dependendo de uma certa natureza (pobre, negro, semi-alfabetizado, morador de periferia, entre outros) poderá entrar para o caminho da criminalidade.

Assim, buscando conter e prevenir a criminalidade, a partir de uma análise jurídica, o sistema penal é operacionalizado, pautando-se na seletividade e repressão, deixando de lado seu caráter idealmente justo e eficaz.

Assevera Nilo Batista (2007, p. 25) que, em verdade, o desempenho do sistema penal é repressivo, “seja pela frustração de suas linhas preventivas, seja pela incapacidade de regulara

intensidade das respostas penais, legais ou ilegais, bem como estigmatizante, porque promove a degradação da figura social do indivíduo.”

Segundo Zaffaroni, diante da suposição de criminalizar toda a população:

“Torna-se obvio que o sistema penal esta estruturalmente montado para que a legalidade processual não opere e, sim, para que exerça seu poder com altíssimo grau de arbitrariedade seletiva dirigida, naturalmente aos setores vulneráveis. Esta seleção é produto de um exercício de poder que se encontra, igualmente, em mãos dos órgãos executivos, de modo que também no sistema penal forma a incidência seletiva dos órgãos legislativos e judiciais é mínima” (ZAFFARONI, 2001, p. 27).

Assim, o sistema penal revela-se seletivo na medida em que define as condutas a serem consideradas crimes, bem como quando escolhe sobre quem incidirá a sanção penal decorrente de sua prática.

2.2. Estigma e Normalização

As teorias do controle, em tese, começariam a formar uma visão obscura a respeito da condição humana, na medida em que assumem que os indivíduos são fortemente atraídos para condutas auto referidas, antissociais e criminais, a menos que sejam impedidos por controles robustos e efetivos, bem como veem na autoridade da família, da comunidade e do Estado estratégias para imposição de restrições e limites, bem como o reforço da disciplina.

A norma não é uma invenção da modernidade. Enquanto em sua origem grega (*nomos*) e latina (*norma*) prevalecia o sentido de lei, de regra, os modernos procederam a um deslocamento, considerando a norma como “preceito, exemplo, modelo ou teor de vida” (MICHAELIS, 2012, p. 234). Dessa significação deriva um novo sentido: normal é aquilo que é como deve ser.

Na modernidade a norma tem alcance maior do que a lei, pois prevalece como aspecto fundamental das relações de poder. Enquanto a lei é exterior ao indivíduo, ao operar unicamente

por ocasião da violação de um ato considerado proibido, a norma envolve o conjunto da existência humana e está presente no seu cotidiano, alcança sua interioridade mediante distribuições espaciais e controles temporais das condutas. “A norma é difusa e indireta; ela funciona como padrão culturalmente construído, a partir do qual uma multiplicidade de indivíduos é cindida por dentro, entre normais e anormais” (FOUCAULT, 2001, p. 43).

Em uma sociedade normativa se restringe a possibilidade de oposição ou diferença, pois o próprio anormal está contido e disciplinado na norma, que homogeniza e cria um padrão de conduta esperado socialmente. Assim,

“A disciplina fabrica, assim, corpos submissos e exercitados, corpos *dóceis*. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma *aptidão*, uma *capacidade* que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita. Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada. (FOUCAULT, 2001, p. 127).”

Enquanto os juristas procuravam um modelo para a construção do corpo social, “os técnicos da disciplina elaboravam processos para a coerção individual e coletiva dos corpos” (FOUCAULT, 2001, p. 152).

O resultado disso são “as cruzadas morais contra certos tipos de crime, pressões políticas ou da opinião pública, todas circunstanciais e efêmeras, que provocam maior atividade policial repressiva e elevam as taxas oficiais de criminalidade entre os pobres” (COELHO, 1978, p. 43).

Assim, cria-se uma visão que reforça a representação das populações pobres como potencialmente perigosas – uma categoria social vulnerável as tentações do crime, arrematando a construção de uma “subcultura marginal” (COELHO, 1978, p. 60), através da qual a criminalidade seria consequência da pobreza, intensificando a segregação e a estigmatização destas populações.

Segundo Goffman, o estigma é um atributo que torna o ser humano diferente dos demais:

“E o converte em alguém menos apetecível, em casos extremos, em uma pessoa quase inteiramente malvada, perigosa ou débil. Desse modo, deixamos de vê-lo como uma pessoa completa para reduzi-lo a um ser inferiorizado e menosprezado. Um atributo dessa natureza é um estigma especial quando ela produz nos demais um amplo descrédito” (GOFFMAN, 1988, p. 12).

Nesse sentido, o estigma seria um processo onde determinado grupo social atribuiu um rotulo de inferioridade humana, como se este pertencesse a uma pessoa de segunda categoria “e, por definição, acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano” (GOFFMAN, 1988, p. 15) .

O individuo estigmatizado encontra-se numa situação que o inabilita para a aceitação social plena, pois:

“A sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias. Os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que tem probabilidade de serem nele encontradas [...].Então, quando um estranho nos é apresentado, os primeiros aspectos não permitem prever a sua categoria e os seus atributos, a sua identidade social – para usar um termo melhor “status social”, já que nele se incluem atributos como honestidade, da mesma forma que atributos estruturais, como ocupação” (GOFFMAN, 1988, p. 11-12).

O processo da construção da estigmatização não ocorre devido à existência do atributo em si, mas, pela relação incongruente entre os atributos e os estereótipos que a sociedade cria para uma determinada categoria de pessoa. Assim, Goffman (1975, p. 14) afirma que “o termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo”.

Cada sociedade tem seus mecanismos de controle social para garantir que a maioria de seus membros conforme-se com as normas estabelecidas e comportamentos aceitáveis. As pessoas que não se conformam com essas regras ou quebram os tabus sociais são excluídas socialmente.

A favela, por exemplo, ocupa na representação social, desde os seus primórdios, uma posição de espaço anti-sanitário e perigoso. A literatura sobre o tema mostrou que “o adjetivo

perigoso foi gravemente ampliado nas últimas décadas, o que é reforçado pelo discurso estatal e penal” (VALADARES, 2005, p. 9).

O próprio planejamento urbano das cidades se constituiu numa forma de classificação e de circunscrição dos moradores, formando mecanismos de manutenção de um tipo determinado de ordem social, representando os moradores das áreas periféricas como pertencentes a uma categoria inferiorizada no mundo social e sua consequente estigmatização. “A sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias” (GOFFMAN, 19875, p.13).

As periferias são associadas a uma concentração de indivíduos com diferentes condições ou relacionamentos com o conjunto da sociedade.

“Assim, no Brasil, o mesmo rotulo de favela pode conter áreas estáveis que continuam a oferecer abrigos sólidos de integração da classe trabalhadora dentro da cidade, zonas nas quais as vítimas da desindustrialização regressiva são entregues ao seu próprio destino, vivendo da economia informal das ruas, cada vez mais dominada por atividades criminosas, e enclaves de marginais marcados pela experiência do estigma do grupo e da macula coletiva” (WACQUANT, 2005, p. 225).

Tais processos de controle, entretanto, fomentam a insegurança social, a qual se mostra como um sentimento difuso, através da divulgação pelo Estado e imprensa acerca do que é denominado hoje como violência urbana.

Decorrer-se-ia desse método a necessidade de um controle social mais rígido sobre alguns, especialmente os pobres, considerados mais frágeis, menos racionais e, dessa forma, mais suscetíveis a atitudes desviantes.

Desse modo, a insegurança social influencia o comportamento dos cidadãos e das políticas de governo, sendo justamente o que dá ao crime maior relevância política e cultural, visto que “as políticas públicas de segurança primam pelo reforço do controle social num viés criminal e policial, ou usando um termo ainda mais adequado, promovem um controle social perverso”, cuja principal função é difundir determinados estigmas, preconceitos e pré-noções, que mantêm e ampliam uma divisão de mundo (MORAES, 2008, p. 32).

Esse processo contribui para mistificar os mecanismos de seleção e estigmatização, ao mesmo tempo em que fomenta a produção e reprodução de uma imagem estereotipada e preconceituosa da criminalidade e do criminoso, vinculada aos baixos estratos sociais - que condiciona, por sua vez, a seletividade do sistema penal – num círculo de representações fechado que domina o senso comum e os operadores do sistema penal, em particular.

As pessoas são estigmatizadas quando são rotuladas e ligadas a características indesejáveis, tendo como consequência preliminar a discriminação, além de uma colocação mais baixa na hierarquia social onde o indivíduo vive.

3. CONCLUSÃO

Os objetos de estudo da Sociologia e do Direito são permeados por grandes contrastes e constantes mudanças, abrangendo os mais diversos temas. O âmbito do presente trabalho é delimitado e relacionado ao controle social modernamente concebido e suas implicações em relação às populações carentes.

Nesse sentido, é fundamental o papel da economia e sua influência em relação à marginalização de grupos sociais, excluídos em decorrência de sua inadequação aos valores dominantes e em sua incompetência para exercer funções no mercado, especialmente em virtude da falta de qualificação acadêmica e profissional.

Os efeitos da exploração econômica provocaram a ruptura dos elos de conveniência entre as classes sociais mais abastadas e a massa geral da população, fomentando a deflagração de conflitos generalizados e da violência.

A globalização provoca a mobilização em massa do capital, de informação, de tecnologia e de pessoas, com a mesma intensidade com que mobiliza importantes parcelas da população, por meio do encarceramento e da exclusão social, empurrando as camadas populares a uma situação de marginalidade.

Nesse contexto, o tratamento institucional desse problema, relacionado à continuidade da representação social das camadas populares através do estigma da periculosidade caracterizam o que denomina criminalização da pobreza.

Ao invés da produção de bem-estar social, idealmente concebido como um controle social normal, exercido pela própria sociedade de forma ordenada e organizada com o propósito de integrar os indivíduos, o modelo de controle social moderno se caracteriza pela criminalização das camadas populares, reproduzindo estigmas e exclusão social.

Como explica Souza, “esse pano de fundo permanece implícito, comandando silenciosamente nossa atividade prática e abrangendo muito mais do que a moldura de nossas representações conscientes” (SOUZA, 2006, p. 33).

Ademais, o sistema penal, idealmente concebido para fomentar a igualdade e o tratamento justo a toda a população, mostra-se seletivo em relação a determinados grupos sociais, os quais passam a ser objeto da punição e da repressão, promovendo a degradação social e a estigmatização das camadas populares, em busca da prevenção e controle da violência urbana, criminalizando indivíduos em virtude de sua potencial periculosidade e inadequação aos valores dominantes.

O encarceramento, por si só, é um mecanismo produtor de insegurança, ao se valer da normalização e regulação da delinquência para legitimar de fato a atuação, muitas vezes ilegal, do Estado e seus aparelhos repressivos.

Um dos principais problemas da sociedade não é somente a delinquência que é regulada, mas a própria vida em seu aspecto privado e cotidiano, a qual passou a ser gerida por uma nova economia do poder ou por uma política que se deixa determinar, quase que inteiramente, pela economia.

Observa-se, assim, através da análise sociológica e jurídica acerca do tema, que este processo de controle e normalização fomenta a desigualdade e a desumanização de determinados indivíduos, visto que as populações criminalizadas em virtude de sua classe social e econômica encontram-se apartados da sociedade, sendo alvo da responsabilidade pela violência urbana e vítimas de um sistema que os oprime em vez de integrá-los.

REFERENCIAS

BATISTA, Nilo. Introdução crítica ao direito penal brasileiro. 11 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007;

BERLATTO, Fábila. **Controle Social Perverso**: Análise de uma Política de Segurança Pública. 172 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008;

BERLATTO, Fábila. **A política dos discursos políticos**: as duas retóricas da segurança pública do Paraná. Revista Sociologia Política. Curitiba, v.19, n.40, p. 123-134, jun. 2011;

BOUDON, R.; BOURRICAUD, F. Dicionário Crítico de Sociologia. São Paulo: Ática, 1993;

CASTELL, R. **De l'integration sociale à l'éclatement du social**: l'émergence, l'apogée et le départ à la retraite du contrôle social. Revue Internationale d'Action Communautaire, v.20, n.60, 1988;

CHISTIE, Nils. **A indústria do crime**: a caminho dos Gulags em estilo ocidental. Rio de Janeiro: Forense, 1998;

COELHO, Eduardo Campos. A marginalização da criminalidade e a criminalização da marginalidade. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, n. 12, 1978;

DURKHEIM, É. As regras do método sociológico. In: _____. Durkheim. São Paulo: Abril Cultural, 1978;

DURKHEIM, E. Da divisão do trabalho social. São Paulo: Martins Fontes, 1999;

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: História da violência nas prisões. São Paulo: Vozes, 2001;

GARLAND, David. **The Culture of Control**: Crime and Social Order in Contemporary Society. Chicago. The University of Chicago Press, 2001;

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 1975;

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: a identidade deteriorada. 2. ed. Buenos Aires: Amorrortu, 1988;

GURVITCH, G. El control social. In: GURVITCH, G.; MORRE, W. Sociologia del siglo XX. Espanha: Editorial El Ateneo, 1965;

MORAES, Pedro Rodolfo Bodê. Punição, encarceramento e construção de identidade profissional entre agentes penitenciários. São Paulo: IBCCRIM, 2008;

MORAES, Pedro Rodolfo Bodê de. **Émile Durkheim**: para uma sociologia do mundo contemporâneo. In: CODATO, A. (org.). Tecendo o presente: oito autores para pensar o século XX. Curitiba: SESC Paraná, 2006;

MORAES, Pedro Rodolfo Bodê. Dossiê Sociologia da Violência. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, v.35, n.126, jan./ jun.2014;

ROSS, E. **Social Control**: a survey of the foundations of order. London: The Macmillan Company, 1939;

ROTHMAN, D. **Social Control**: the uses and abuses of the concept in the history of incarceration. Rice University Studies, v.67, n.1, 1981.

SOUZA, J. A invisibilidade da desigualdade brasileira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006;

VALADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela**: o mito de origem da favela. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005;

WACQUANT, Loic. A astúcia da razão imperialista .In:____. O Mistério do Ministério. 2.ed. Rio de Janeiro: Revan, 2005;

WACQUANT, Loic. As prisões da miséria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001;

ZAFFARONI, Eugenio Raul. **Em busca das penas perdidas**: a perda da legitimidade do sistema penal. 5 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2001.